

DOMINGO XXV DO TEMPO COMUM

CIC 539, 565, 600-605, 713: Cristo, o Servo de Deus obediente

539 Os evangelistas indicam o sentido salvífico deste acontecimento misterioso. Jesus é o Novo Adão, que Se mantém fiel naquilo em que o primeiro sucumbiu à tentação. Jesus cumpre perfeitamente a vocação de Israel: contrariamente aos que outrora, durante quarenta anos, provocaram a Deus no deserto¹, Cristo revela-Se o Servo de Deus totalmente obediente à vontade divina. Nisto, Jesus vence o Diabo: «amarrou o homem forte», para lhe tirar os despojos². A vitória de Jesus sobre o tentador, no deserto, antecipa a vitória da paixão, suprema obediência do seu amor filial ao Pai.

565 *Desde o princípio da sua vida pública, desde o seu baptismo, Jesus é o «Servo», inteiramente consagrado à obra redentora, que consumará pelo «baptismo» da sua paixão.*

600 A Deus, todos os momentos do tempo estão presentes na sua actualidade. Por isso, Ele estabelece o seu desígnio eterno de «predestinação», incluindo nele a resposta livre de cada homem à sua graça: «Na verdade, Herodes e Pôncio Pilatos uniram-se nesta cidade, com as nações pagãs e os povos de Israel, contra o vosso santo Servo Jesus, a quem ungistes³. Cumpriram assim tudo o que o vosso poder e os vossos desígnios tinham de antemão decidido que se realizasse» (*Act 4, 27-28*). Deus permitiu os actos resultantes da sua cegueira⁴, com o fim de levar a cabo o seu plano de salvação⁵.

601 Este plano divino de salvação, pela entrega à morte do «Servo, o Justo»⁶, tinha sido de antemão anunciado na Escritura como um mistério de redenção universal, quer dizer, de resgate que liberta os homens da escravidão do pecado⁷. São Paulo professa, numa confissão de fé que diz ter «recebido»⁸, que «Cristo morreu pelos nossos pecados *segundo as Escrituras*»⁹. A morte redentora de Jesus deu cumprimento sobretudo à profecia do Servo sofredor¹⁰. O próprio Jesus apresentou o sentido da sua vida e da sua morte à luz do Servo sofredor¹¹.

¹ Cf. *Sl 95, 10*.

² Cf. *Mc 3, 27*.

³ Cf. *Sl 2, 1-2*.

⁴ Cf. *Mt 26, 54; Jo 18, 36; 19, 11*.

⁵ Cf. *Act 3, 17-18*.

⁶ Cf. *Is 53, 11; Act 3, 14*.

⁷ Cf. *Is 53, 11-12; Jo 8, 34-36*.

⁸ Cf. *1 Cor 15, 3*.

⁹ Cf. também *Act 3, 18; 7, 52; 13, 29; 26, 22-23*.

¹⁰ Cf. *Is 53, 7-8; Act 8, 32-35*.

¹¹ Cf. *Mt 20, 28*.

Após a sua ressurreição, deu esta interpretação das Escrituras aos discípulos de Emaús¹² e depois aos próprios Apóstolos¹³.

- 602** Consequentemente, Pedro pôde formular assim a fé apostólica no plano divino da salvação: «fostes resgatados da vã maneira de viver herdada dos vossos pais, pelo sangue precioso de Cristo, como de um cordeiro sem defeito nem mancha, predestinado antes da criação do mundo e manifestado nos últimos tempos por nossa causa» (1 Pe 1, 18-20). Os pecados dos homens, que se seguiram ao pecado original, foram castigados com a morte¹⁴. Enviando o seu próprio Filho na condição de escravo¹⁵, que era a de uma humanidade decaída e votada à morte por causa do pecado¹⁶, «a Cristo, que não conhecera o pecado, Deus fê-lo pecado por amor de nós, para que, em Cristo, nos tornássemos justos aos olhos de Deus» (2 Cor 5, 21).
- 603** Jesus não conheceu a reprovação como se tivesse pecado pessoalmente¹⁷. Mas, no amor redentor que constantemente O unia ao Pai¹⁸, assumiu-nos no afastamento do nosso pecado em relação a Deus a ponto de, na cruz, poder dizer em nosso nome: «Meu Deus, meu Deus, por que Me abandonaste?» (Mc 15, 34)¹⁹. Tendo-O feito solidário connosco, pecadores, «Deus não poupou o seu próprio Filho, mas entregou-O para morrer por nós todos» (Rm 8, 32), para que fôssemos «reconciliados com Ele pela morte do seu Filho» (Rm 5, 10).
- 604** Entregando o seu Filho pelos nossos pecados, Deus manifesta que o seu plano sobre nós é um desígnio de amor benevolente, independente de qualquer mérito da nossa parte: «Nisto consiste o amor: não fomos nós que amámos a Deus, foi Deus que nos amou a nós e enviou o seu Filho como vítima de propiciação pelos nossos pecados» (1 Jo 4, 10)²⁰. «Deus prova assim o seu amor para connosco: Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores» (Rm 5, 8).
- 605** Este amor é sem exclusão. Jesus lembrou-o ao terminar a parábola da ovelha perdida: «Assim, não é da vontade do meu Pai, que está nos céus, que se perca um só destes pequeninos» (Mt 18, 14). E afirma «dar a Sua vida em resgate *pela multidão*» (Mt 20, 28). Esta última expressão não é restritiva: simplesmente contrapõe o conjunto da humanidade à pessoa única do redentor, que Se entrega para a salvar²¹. No seguimento dos Apóstolos²², a Igreja ensina que Cristo morreu por todos os homens, sem excepção: «Não há, não houve, nem haverá nenhum homem pelo qual Cristo não tenha sofrido»²³.

¹² Cf. Lc 24, 25-27.

¹³ Cf. Lc 24, 44-45.

¹⁴ Cf. Rm 5, 12; 1 Cor 15, 56.

¹⁵ Cf. Fl 2, 7.

¹⁶ Cf. Rm 8, 3.

¹⁷ Cf. Jo 8, 46.

¹⁸ Cf. Jo 8, 29.

¹⁹ Cf. Sl 22, 1.

²⁰ Cf. 1 Jo 4, 19.

²¹ Cf. Rm 5, 18-19.

²² Cf. 2 Cor 5, 15; 1 Jo 2, 2.

²³ CONCÍLIO DE QUIERCY (ano 853), *De libero arbitrio hominis et de predestinatione*, canon 4: DS 624.

713 Os traços do Messias são revelados sobretudo nos cânticos do Servo²⁴. Estes cânticos anunciam o sentido da paixão de Jesus, indicando assim a maneira como Ele derramará o Espírito Santo para dar vida à multidão: não a partir do exterior, mas assumindo a nossa «condição de servo» (Fl 2, 7). Tomando sobre Si a nossa morte, Ele pode comunicar-nos o seu próprio Espírito de vida.

CIC 786: “servir” em Cristo é “reinar”

786 Finalmente, o povo de Deus participa na função *real* de Cristo. Cristo exerce a sua realeza atraindo a Si todos os homens pela sua morte e ressurreição²⁵. Cristo, Rei e Senhor do universo, fez-Se o servo de todos, pois «não veio para ser servido, mas para servir e dar a vida como resgate pela multidão» (Mt 20, 28). Para o cristão, «reinar é servi-Lo»²⁶, em especial «nos pobres e nos que sofrem, nos quais a Igreja reconhece a imagem do seu Fundador pobre e sofredor»²⁷. O povo de Deus realiza a sua «dignidade real» na medida em que viver de acordo com esta vocação de servir com Cristo.

«De todos os regenerados em Cristo, o sinal da cruz faz reis, a unção do Espírito Santo consagra sacerdotes, para que, independentemente do serviço particular do nosso ministério, todos os cristãos espirituais no uso da razão se reconheçam membros desta estirpe real e participantes da função sacerdotal. De facto, que há de tão real para uma alma como governar o seu corpo na submissão a Deus? E que há de tão sacerdotal como oferecer ao Senhor uma consciência pura, imolando no altar do seu coração as vítimas sem mancha da piedade?»²⁸.

CIC 1547, 1551: o sacerdócio ministerial é serviço

1547 O sacerdócio ministerial ou hierárquico dos bispos e dos presbíteros e o sacerdócio comum de todos os fiéis – embora «um e outro, cada qual segundo o seu modo próprio, participem do único sacerdócio de Cristo»²⁹ – são, no entanto, essencialmente diferentes, ainda que sendo «ordenados um para o outro»³⁰. Em que sentido? Enquanto o sacerdócio comum dos fiéis se realiza no desenvolvimento da vida baptismal – vida de fé, esperança e caridade, vida segundo o Espírito – o sacerdócio ministerial está ao serviço do sacerdócio comum, ordena-se ao desenvolvimento da graça baptismal de todos os cristãos. É um dos *meios* pelos quais Cristo não cessa de construir e guiar a sua Igreja. E é por isso que é transmitido por um sacramento próprio, que é o sacramento da Ordem.

1551 Este sacerdócio é *ministerial*. «O encargo que o Senhor confiou aos pastores do seu Povo é um verdadeiro *serviço*»³¹. Refere-se inteiramente a Cristo e aos

²⁴ Cf. Is 42, 1-9; Mt 12, 18-21; Jo 1, 32-34; e também Is 49, 1-6; Mt 3, 17; Lc 2, 32; e, por fim, Is 50, 4-10 e 52, 13-53, 12.

²⁵ Cf. Jo 12, 32.

²⁶ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 36: AAS 57 (1965) 41.

²⁷ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 8: AAS 57 (1965) 12.

²⁸ SÃO LEÃO MAGNO, *Sermão* 4, 1: CCL 138, 16-17 (PL 54, 149).

²⁹ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 10: AAS 57 (1965) 14.

³⁰ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 10: AAS 57 (1965) 14.

³¹ II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 24: AAS 57 (1965) 29.

homens. Depende inteiramente de Cristo e do seu sacerdócio único, e foi instituído em favor dos homens e da comunidade da Igreja. O sacramento da Ordem comunica «um poder sagrado», que não é senão o de Cristo. O exercício desta autoridade deve, pois, regular-se pelo modelo de Cristo, que por amor Se fez o último e servo de todos³². «O Senhor disse claramente que o cuidado dispensado ao seu rebanho seria uma prova de amor para com Ele»³³.

CIC 2538-2540: o pecado da inveja

2538 O décimo mandamento exige que seja banida a *inveja* do coração humano. Quando o profeta Natan quis estimular o arrependimento do rei David, contou-lhe a história do pobre que só possuía uma ovelha, tratada como se fosse uma filha, e do rico que, apesar dos seus numerosos rebanhos, tinha inveja dele e acabou por lhe roubar a ovelha³⁴. A inveja pode levar aos piores crimes³⁵. «Foi pela inveja do demónio que a morte entrou no mundo» (*Sb* 2, 24).

«Combatemo-nos uns aos outros e é a inveja que nos arma uns contra os outros [...]. Se todos se encarniçam assim a abalar o corpo de Cristo, onde chegaremos nós? Estamos a extenuar o corpo de Cristo. [...] Declaramo-nos membros dum mesmo organismo e devoramo-nos como feras»³⁶.

2539 A inveja é um vício capital. Designa a tristeza que se sente perante o bem alheio e o desejo imoderado de se apropriar dele, mesmo indevidamente. Se desejar ao próximo um mal grave, é pecado mortal:

Santo Agostinho via na inveja «o pecado diabólico por excelência»³⁷.

«Da inveja nascem o ódio, a maledicência, a calúnia, a alegria causada pelo mal do próximo e o desgosto causado pela sua prosperidade»³⁸.

2540 A inveja representa uma das formas da tristeza e, portanto, uma recusa da caridade; o baptizado lutará contra ela, opondo-lhe a benevolência. Muitas vezes, a inveja nasce do orgulho; o baptizado exercitar-se-á a viver na humildade:

«Queríeis ver Deus glorificado por vós? Pois bem, alegrai-vos com os progressos do vosso irmão e, assim, será por vós que Deus é glorificado. Deus será louvado, dir-se-á, pelo facto de o seu servo ter sabido vencer a inveja, pondo a sua alegria nos méritos dos outros»³⁹.

CIC 2302-2306: a defesa da paz

2302 Evocando o preceito «Não matarás» (*Mt* 5, 21), nosso Senhor pede a paz do coração e denuncia a imoralidade da cólera assassina e do ódio:

³² Cf. *Mc* 10, 43-45; *1 Pe* 5, 3.

³³ SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *De sacerdotio* 2, 4: SC 272, 118 (PG 48, 635); cf. *Jo* 21, 15-17.

³⁴ Cf. *2 Sm* 12, 1-4.

³⁵ Cf. *Gn* 4, 3-8; *1 Rs* 21, 1-29.

³⁶ SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *In epistulam II ad Corinthios*, homilia 27, 3-4: PG 61, 588.

³⁷ SANTO AGOSTINHO, *De disciplina christiana*, 7, 7: CCL 46, 214 (PL 40, 673); *Id.*, *Epistula* 108, 3, 8: CSEL 34, 620 (PL 33, 410).

³⁸ SÃO GREGÓRIO MAGNO, *Moralia in Job*, 31, 45, 88: CCL 143b, 1610 (PL 76, 621).

³⁹ SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *In epistulam ad Romanos*, homilia 7, 5: PG 60, 448.

A *ira* é um desejo de vingança. «Desejar a vingança, para mal daquele que deve ser castigado, é ilícito»; mas impor uma reparação «para correcção do vício e para conservar o bem da justiça», isso é louvável⁴⁰. Se a ira for até ao desejo deliberado de matar o próximo ou de o ferir gravemente, ofende de modo grave a caridade, e é pecado mortal. O Senhor diz: «Quem se irar contra o seu irmão, será sujeito a julgamento» (Mt 5, 22).

2303 O *ódio* voluntário é contra a caridade. Odiar o próximo, querendo-lhe mal deliberadamente, é pecado. É pecado grave, quando deliberadamente se lhe deseja um mal grave. «Eu, porém, digo-vos: Amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem, para serdes filhos do vosso Pai que está nos céus...» (Mt 5, 44-45).

2304 O respeito e o crescimento da vida humana exigem a *paz*. A paz não é só a ausência da guerra, nem se limita a assegurar o equilíbrio das forças adversas. A paz não é possível na terra sem a salvaguarda dos bens das pessoas, a livre comunicação entre os seres humanos, o respeito pela dignidade das pessoas e dos povos e a prática assídua da fraternidade. Ela é «tranquilidade da ordem»⁴¹; é «obra da justiça» (Is 32, 17) e efeito da caridade⁴².

2305 A paz terrena é imagem e fruto da *paz de Cristo*, o «Príncipe da Paz» messiânico (Is 9, 5). Pelo sangue da sua cruz, Ele, levando em Si próprio a morte à inimizade⁴³, reconciliou com Deus os homens e fez da sua Igreja o sacramento da unidade do género humano e da sua união com Deus⁴⁴. «Ele é a nossa paz» (Ef 2, 14) e declara «bem-aventurados os obreiros da paz» (Mt 5, 9).

2306 Os que, renunciando à acção violenta e sangrenta, recorrem a meios de defesa ao alcance dos mais fracos para a salvaguarda dos direitos humanos, dão testemunho da caridade evangélica, desde que isso se faça sem lesar os direitos e obrigações dos outros homens e das sociedades. E atestam legitimamente a gravidade dos riscos físicos e morais do recurso à violência, com as suas ruínas e mortes⁴⁵.

⁴⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO, *Summa theologiae*, 2-2, q. 158, a. 1, ad 3: Ed. Leon. 10, 273.

⁴¹ SANTO AGOSTINHO, *De civitate Dei*, 19, 13: CSEL 40/2, 395 (PL 41, 640).

⁴² Cf. II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. past. *Gaudium et spes*, 78: AAS 58 (1966) 1101.

⁴³ Cf. Ef 2, 16; Cl 1, 20-22.

⁴⁴ Cf. II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 1: AAS 57 (1965) 5.

⁴⁵ Cf. II CONCÍLIO DO VATICANO, Const. past. *Gaudium et spes*, 78: AAS 58 (1966) 1101-1102.